



O cotidiano da escolarização primária paulistana nos anos iniciais do século XX.

ELIANE MIMESSE*

Introdução

Os anos iniciais do século XX foram muito relevantes ao processo de escolarização primária das crianças em idade escolar que viviam na cidade de São Paulo. Nesses anos, ocorreu a disseminação das escolas subsidiadas de peninsulares nos bairros operários da cidade, em decorrência da criação e conseqüente incentivo de uma associação visando a expansão das escolas italianas no exterior; e em contraponto a situação posta, o governo paulista fundou novos estabelecimentos escolares e buscou novos modos de conseguir mais vagas nas escolas para os estudantes. O objetivo do governo paulista era o de evitar que as crianças fossem alfabetizadas em uma língua estrangeira, antes que aprendessem a Língua Portuguesa.

As fontes usadas nesse estudo foram principalmente os relatórios dos inspetores escolares e diretores da instrução pública contidos nos *Annuarios do Ensino* e as matérias no periódico *Fanfulla*. Esses documentos justificam-se como fontes para a discussão deste objeto de estudo, porque existe – como referenciado por Certeau (2002: 82), a necessidade da revisão no uso de fontes de pesquisa. O autor argumentou que “não há trabalho que não tenha que utilizar de outra maneira os recursos conhecidos e, por exemplo, mudar o funcionamento de arquivos definidos, até agora para determinado uso”. Afirmou, deste modo, que existia a necessidade de se revisar as fontes e analisá-las com outros parâmetros.

Para esse estudo as fontes documentais foram as mais relevantes, possibilitaram a descoberta de novas luzes à História e agregaram valor a narrativa desenvolvida. Certeau (2002) lembrou-nos da importância na releitura e revisão de documentos conhecidos e que podem ser entendidos sob outros aspectos.

O estabelecimento das fontes solicita, também, hoje, um gesto fundador, representado, como ontem, pela contribuição de um lugar, de um aparelho ou de técnicas. Primeiro indício deste deslocamento: não há trabalho que não tenha de utilizar de outra maneira os recursos conhecidos. Não se trata apenas de fazer falar estes imensos setores adormecidos da documentação e dar voz a um silêncio. Significa transformar alguma coisa, que tinha sua posição e seu papel, em alguma

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias do Centro Universitário Internacional. Pós-Doutora em História e Doutora em Educação pela PUC/SP.

outra coisa que funciona diferentemente. Da mesma forma [...] um trabalho é científico quando opera uma redistribuição do espaço e consiste, primordialmente, em se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes – quer dizer, por uma ação instauradora e por técnicas transformadoras. (CERTEAU, 2002:82)

Os documentos trouxeram o contexto das escolas públicas paulistanas e privadas subsidiadas, essas últimas, frequentadas pelos filhos dos operários peninsulares. O contexto da cidade de São Paulo era diferenciado nos anos finais do século XIX e iniciais do XX. A cidade recebeu um grande número de estrangeiros que chegaram à *Hospedaria dos Imigrantes*. Conforme nos informou Gonçalves (2009) a referida *Hospedaria* no bairro do Brás foi aberta no ano de 1887. Desde o ano de 1875, os imigrantes ficavam alojados em casas alugadas pelo Governo Provincial nos arredores da Estação de trens da Luz, sendo que foram transferidos posteriormente para um alojamento no bairro do Pari, e logo em seguida para um edifício no bairro do Bom Retiro, no ano de 1882. Todas essas mudanças foram provocadas pelas más acomodações em decorrência da quantidade demasiada de imigrantes recém-desembarcados no país.

Esse número de estrangeiros gerou preocupação ao Governo estadual, especialmente em se tratando da escolarização dos filhos desses imigrantes, como foi constatado na análise dos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*. Os imigrantes, por sua vez, também estavam interessados na escolarização das crianças, como pode ser comprovado pelos inúmeros requerimentos enviados ao Diretor da Instrução Pública solicitando a criação de escolas primárias nas colônias de imigrantes.

De acordo com Pereira (2010), somente na cidade de São Paulo a população era por volta de 28 mil habitantes no ano de 1874, passou para cerca de 240 mil em 1900 e, atingiu o total de 477.992 em 1914. Com a expansão e a importância na produção e exportação de café, a cidade se tornou um polo de convergência aos interesses dos mais diversos. Pereira (2010) esboçou o quadro do que ocorria na cidade naquele momento.

A capital do estado de São Paulo acabou impondo-se como centro político-administrativo, passando progressivamente a exercer a primazia no campo econômico, estabelecendo ligações eficientes pela concentração de negócios, de capital financeiro, comercial e industrial. Esse crescimento e diversificação econômica foram acompanhados de uma progressiva expansão espacial e demográfica da cidade, impulsionada pelo complexo exportador cafeeiro, num período que se estendeu de 1870 até a década de 1920, quando, efetivamente, começou a esboçar os contornos de metrópole. (PEREIRA, 2010:20)

Com o crescimento descomedido da população urbana, era necessário que os próprios estrangeiros se organizassem, na tentativa de suprirem as lacunas que o governo local não conseguia preencher. Essa é uma das hipóteses para a existência das escolas subsidiadas italianas paulistanas, nesse período.

Cenni (2003: 327), quando tratou das impressões dos visitantes que chegavam à cidade de São Paulo nos transmite a dimensão do que ocorria no cotidiano urbano. Citou o espanto de um deles no ano de 1902, que exclamou: “Os meus ouvidos e os meus olhos guardam cenas inesquecíveis. No bonde, no teatro, na rua, na igreja, falava-se mais o idioma de Dante que o de Camões”. Outro visitante, este um jornalista português, comentou ao chegar à estação de trens no bairro da Luz: “Encontramo-nos a cogitar se por estranho fenômeno de letargia, em vez de descer em São Paulo teríamos ido parar à cidade do Vesúvio”. Esse último comentário, ainda segundo Cenni (2003), decorria da quase totalidade de cocheiros de tálburis procedentes da região da Campânia a se expressarem segundo seu linguajar local, dificultando a comunicação com os visitantes de outras etnias.

Assim a cidade de São Paulo, de acordo com Biondi (2010: 24), se inseriu em um contexto singular, transformou-se, “durante o século XX, na metrópole com o maior número de descendentes de italianos no mundo, caracterizando-se, no início de sua expansão, como a cidade industrial do Brasil, na qual a componente italiana era majoritária em todos os setores de trabalho”. Consequentemente ocorria o aumento da população em idade escolar na cidade, as escolas elementares existentes na Capital não conseguiam suprir a demanda por vagas.

As modalidades de escolas primárias paulistanas.

As escolas públicas primárias na cidade paulistana nos anos finais do século XIX e iniciais do século XX eram compostas por: *Escolas Isoladas* de três tipos: femininas, masculinas e mistas, que continham uma única sala de aula, agregavam alunos de idades e níveis de aprendizagens diferentes; *Escolas Reunidas* que uniam algumas escolas isoladas em um mesmo espaço físico e *Grupos Escolares* que contavam com um professor específico para cada sala, essas eram organizadas segundo a idade e o nível de aprendizagem dos alunos.

Segundo descrição do Inspetor Geral do Ensino João Lourenço Rodrigues, as escolas isoladas:

[...] com poucas exceções, estão mal installadas: salas acanhadas, sem conforto, sem hygiene e muitas dellas mesmo sem área para recreação dos alumnos. [...]

Causa não menos perturbadora é a deficiência e irregularidade da dotação. Na maior parte das escolas, mobiliário, material de ensino, livros, etc, tudo está consideravelmente estragado pelo uso e a pedir prompta e radical substituição. [...] A escola isolada tem um só professor, uma só classe, mas esta é composta de elementos heterogeneos relativamente á idade e ao desenvolvimento. (SÃO PAULO, 1907: 29)

Nesses anos estudados, as escolas isoladas eram normalmente citadas pelo então diretor geral do ensino e pelos inspetores escolares da Capital e do Interior em seus relatórios contidos nos *Annuarios do Ensino*. Muitas foram as críticas descritas por esses diretores gerais como: João Lourenço Rodrigues em 1907; Oscar Thompson em 1909 e João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior em 1910; e pelos inspetores em 1908 como: José Carneiro da Silva, Ramon Roca Dordal, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior e René Barreto.

As escolas isoladas normalmente apresentavam deficiências no seu funcionamento. Eram listados os problemas quanto ao seu espaço físico, aos materiais didáticos, a formação dos professores e a diversidade de métodos de ensino aplicados. Em relatório de 1891 endereçado ao governador do Estado, Antonio Caetano de Campos, que nesta época era Diretor Geral da Escola Modelo do Carmo, anexa a Escola Normal; discorreu sobre as dificuldades encontradas nas escolas isoladas.

Temos ouvido dizer até a saciedade que é indispensável diffundir o ensino elementar. Ninguém o nega, nem póde negar. Começa-se por saber lêr, escrever e contar, e sem esse primeiro passo todo o ensino é impossível. Isso é questão vencida, sobre a qual não é preciso insistir. A experiencia de 70 annos de monarchia, demonstra, porém que esse famoso lemma póde ser reduzido a uma inutilidade. Não só a proporção das escolas primarias creadas no tempo dos imperadores é extremamente ridicula, em vista das exigencias da população, como sua frequencia é irrisoria. (SÃO PAULO, 1907: 103)

A precariedade dessa modalidade escolar era ampla, a tal ponto que os relatos dos inspetores lidos nos *Annuarios do Ensino* tornaram-se a cada dia mais técnicos, na tentativa de ordenarem os trabalhos educativos.

A conciliação das funções de vigilância e controle do trabalho docente esboça-se lentamente e acresce-se no final do século XIX de argumentos que defendem cada vez com maior intensidade o exercício da orientação pedagógica pelos inspetores com vistas ao aperfeiçoamento da atuação dos professores. Assim, na própria produção dos Anuários, os relatórios dos inspetores escolares vão assumindo um tom técnico pelo qual se apresenta um diagnóstico da situação das escolas e da

ação pedagógica dos professores de maneira a sistematizar as propostas de intervenção que são feitas. [...] Entre as dimensões técnica e do controle, os inspetores vão de modo progressivo instituindo saberes que submetem o trabalho docente a processos de ordenação e racionalização expressos em prescrições e aconselhamentos. (CATANI e LIMA, 2002: 158)

Normalmente, o espaço físico destinado a essas escolas era indevido por ocupar um cômodo qualquer ou uma das salas de uma residência de família, neste caso, a família do professor. Outra questão era quanto à inexistência de um mobiliário escolar adequado, usavam-se bancos, caixotes de madeira, mesas improvisadas e cadeiras dos mais diversos tipos, muitas vezes cedidos pelos pais dos alunos. Ainda ocorriam problemas com a distribuição do material escolar requisitado pelo professor no início do ano letivo. Esses materiais nem sempre chegavam até as escolas e, muitas vezes eram falhos, sendo que a remessa de livros e outros materiais contemplava o que existia nos depósitos da Secretaria do Interior, na maioria das vezes o material distribuído não era exatamente, o mesmo que o solicitado, como descrito por Mimesse (2010).

Outra modalidade escolar eram as *Escolas Reunidas*. Na Capital, até o ano de 1907 existiam três escolas reunidas localizadas nos bairros do Bom Retiro, do Belenzinho e uma na Avenida Paulista. Conforme esclarecimento do Inspetor Geral do Ensino, João Lourenço Rodrigues, explicando sobre as escolas reunidas da cidade: “a organização foi vazada nos moldes da organização dos grupos e todas ellas têm um diretor, aliás em comissão. Assim organizadas, as escolas reunidas são grupos em miniatura, tendo classes homogêneas e ensino graduado por anos”. (SÃO PAULO, 1908: 36) Deste modo, as *Escolas Reunidas* eram consideradas mais adequadas ao ensino do que as *Escolas Isoladas*, por espelharem-se na organização dos grupos.

A discussão sobre a precariedade das escolas públicas isoladas e as censuras por elas acarretadas, remontava a época imperial. Permaneciam, nesse sentido, os padrões escolares do Império durante os anos do regime republicano. Apesar dos debates sobre os assuntos educacionais ocorridos no final do período imperial, poucas foram as alterações concretas diante da precariedade do sistema escolar existente. Na prática, a organização dos estabelecimentos de ensino públicos continuava precária e conturbada, mesmo no início do novo século, foi necessário um prenúncio com o aumento desmesurado da população em idade escolar na cidade para que novas medidas fossem debatidas e, paulatinamente, institucionalizadas.

O governo do Estado, segundo os escritos do Diretor Geral da Instrução Pública Oscar Thompson, tinha a pretensão de unir as *Escolas Isoladas* em um mesmo espaço físico, passando a denominá-las de *Escolas Reunidas*, para após a efetivação desta reorganização, alçá-las à categoria dos *Grupos Escolares*.

Não sendo possível abolir completamente este typo de escola, elle vae sendo suprimido aos poucos, pelos grandes inconvenientes que apresentar, nas cidades e villas, conservando-se apenas nos bairros e districtos de paz mais afastados dos centros populosos. Onde haja um núcleo de escolas isoladas são ellas reunidas com feição de grupos escolares em miniatura e confiadas á direcção de um professor. (SÃO PAULO, 1909: 25)

Os diretores do ensino e os inspetores escolares utilizavam em seus discursos, como parâmetro de comparação os *Grupos Escolares*, que existiam na Capital e em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo, desde o século XIX. Os *Grupos* eram elogiados por apresentarem uma divisão clara nos horários, os professores tinham apenas uma turma e todos com o mesmo grau de adiantamento, além de receberem utensílios necessários ao ensino de todos os aprendizes, contavam ainda com a figura de um Diretor, que zelava pela magnitude do estabelecimento.

Nas palavras do Diretor Geral da Instrução Pública João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior (1910: 26) “Uma verdadeira utopia o querer alguém, fosse o mais competente, o mais dedicado dos professores, tirar da escola isolada as vantagens que colhemos nas classes homogêneas, graduadas, dos grupos”.

Os três tipos de escolas públicas voltadas para os anos iniciais na cidade formavam os alunos no curso primário, com duração de três anos nas escolas isoladas e de quatro anos nas reunidas e grupos escolares. O relatório do Inspetor Geral do Ensino João Lourenço Rodrigues esclareceu a distribuição do trabalho nos grupos.

*São os grupos escolares instituições de ensino preliminar destinadas a educar e instruir, consoante o regimen educativo moderno, posto em pratica na Escola-modelo, creanças de um e outro sexo.
O ensino é distribuido ordinariamente por quatro classes, correspondentes a cada um dos annos em que se divide o curso.
São leccionadas em cada classe todas as materias do programma [...] estabelecendo-se uma ordem gradual e crescente no ensino.
É exactamente na sequencia natural e logica que ha de um para outro anno, e no regimen da divisão do trabalho, com efficaz aproveitamento, das aptidões especiaes de cada professor, que repousa fundamentalmente a superioridade deste aparelho escolar. (SÃO PAULO, 1907: 134)*

Essa opinião sobre os grupos escolares era defendida pelos diretores gerais do ensino e pelos inspetores escolares no período estudado. No relatório do *Annuario do Ensino* o diretor da instrução pública Oscar Thompson (1909: 52) foram reforçadas as palavras de João Lourenço Rodrigues, que apresentou os *Grupos Escolares* como “o melhor typo de escola graduada primaria”. Enfatizou, ainda, a harmonia existente em sua “divisão de trabalho, com as classes homogêneas quanto ao preparo e idade do aluno”.

Souza (1998) explanando sobre os grupos escolares no Estado de São Paulo, esclareceu que essa modalidade de escola primária foi criada no Estado nos anos iniciais de 1890, e representou:

[...] uma das mais importantes inovações no ensino. Tratava-se de uma organização administrativa e pedagógica mais complexa concebida nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho. Assim, a racionalidade pedagógica fundamentava-se na classificação dos alunos, no estabelecimento de um plano de estudos e na determinação da jornada escolar, resultando em um ensino mais homogêneo, padronizado e uniforme. (SOUZA, 1998: 16)

Apesar da existência de escolas públicas como os grupos escolares, as escolas reunidas e as escolas isoladas, ainda existiam na cidade as escolas privadas subsidiadas italianas, todas essas modalidade de escolas abordavam o mesmo nível de ensino, os anos iniciais de aprendizagem. As escolas subsidiadas italianas poderiam ser criadas por qualquer peninsular, desde que apoiasse a causa da instrução. Segundo as deliberações do *Congresso delle Società ed Altre Istituzioni Italiane nel Brasile*, registrado na publicação do periódico *Fanfulla* (1906: 822, *tradução nossa*), a iniciativa de criação de uma escola poderia ser por obra de um “[...] benemérito da instrução italiana e da sua difusão nesta terra, surja a Escola italiana na qual será possivelmente anexa a um Colégio Interno, que será complementar ao aperfeiçoamento dos alunos”.

A abertura de escolas elementares particulares pelos próprios peninsulares, seguindo o modelo das escolas existentes no território italiano, foi bem aceita pelos imigrantes, sendo que essas escolas visavam a alfabetização das crianças estrangeiras e filhas de estrangeiros na Língua Italiana. Conforme Salvetti (2014: 60) as escolas subsidiadas deveriam seguir as circulares ministeriais, que constavam que a “[...] tolerância e o pluralismo eram garantidos (pelas próprias normas ministeriais): mesmo dando a preferência a estudantes italianos, poderiam ser admitidos alunos de qualquer nacionalidade e religião”.

Parlagreco (1906: 808, *tradução nossa*), quando descreveu as escolas italianas da cidade de São Paulo, classificou uma delas, a *Scuola Italiana Vittorio Emanuele II*, como plenamente italiana. Essa escola contava com “210 alunos, eram todos filhos de operários, que são numerosos no vasto local aonde esta situada, na Rua Sólon”. As escolas em geral, ainda segundo Parlagreco (1906: 797, *tradução nossa*), mantinham “um curso elementar completo, uma ou duas com curso complementar e uma tentativa de ensino clássico inicial, a maior parte eram compostas por apenas uma sala”.

Como foi descrito por Salvetti (2002) a função das escolas italianas no exterior era a de enaltecer a educação nacional e o sentimento pátrio, utilizando-se “da língua italiana como meio de manter forte o legado entre os emigrados e a mãe pátria”. A partir dos comentários de Parlagreco (1906), pode-se verificar que as escolas subsidiadas italianas eram semelhantes as escolas isoladas públicas, masculinas e femininas. Apresentavam a mesma disposição, utilizavam uma única sala para todos os alunos do mesmo sexo, com níveis de aprendizagens e idades diferentes.

Os estrangeiros, principalmente os com formação acadêmica de origem peninsular, identificaram nesse momento a possibilidade de abrirem escolas elementares na cidade paulistana, e ainda receberem subsídios do governo do seu país. Esses subsídios em espécie, segundo Salvetti (2014: 68), foram quadruplicados nos anos de 1905-1906, quando a “Comissão Parlamentar de Vigilância reconheceu a necessidade de se privilegiar as escolas italianas nas Américas, na América Latina em primeiro lugar”. Sendo essa uma hipótese para a ampliação no número de escolas criadas por professores leigos.

Os professores eram também diretores e proprietários das escolas. O governo italiano pretendia contribuir com a instrução da criança italiana, ou filha de italianos, que vivia fora da Itália desde a sedimentação do processo de unificação. As diferentes regiões, - eram divididas em ducados e reinos, um grão-ducado e um estado. Os ducados eram Parma, Modena e Reggio. Os reinos eram Piemonte-Sardenha, Lombardia-Veneza e das Duas Sicílias (denominação criada após a união dos antigos Reinos de Napoli e da Sicília). O grão-ducado da Toscana e, por fim, o Estado Pontifício. Essas regiões foram unificadas sob a égide de um novo estado, mas o idioma eleito como o oficial foi conseqüentemente imposto, gerando um grande número de habitantes que eram considerados, naquele momento – pelo governo - como analfabetos.

As escolas fora do reino italiano recebiam subsídios, como materiais didáticos e alguma contribuição em espécie, essa última visava a manutenção dos edifícios das escolas.

Alunos estrangeiros nas escolas primárias.

A quantidade de alunos estrangeiros e filhos de estrangeiros nas escolas primárias era ampla. Sendo assim, muitas escolas foram criadas em bairros em que existiam grupos escolares, e provavelmente, também deveriam existir escolas isoladas. Com os dados do *Anuario do Ensino* de 1907, foi possível montar um quadro com os grupos escolares existentes na cidade. Esse quadro apresenta a data de instalação de cada grupo e as somas totais das matrículas de ambos os sexos de alunos brasileiros e estrangeiros. Os números de alunos estrangeiros não é muito alto em comparação com os outros matriculados, mas o que chama mais a atenção é a discriminação entre os alunos.

Grupos Escolares na cidade de São Paulo em 1907

Grupos Escolares	Instalação	Brasileiros Matriculados	Estrangeiros Matriculados
Alameda do Triumpho	03/09/1900	384	20
Arouche	01/07/1905	527	28
Barra Funda	10/03/1903	340	16
1º Braz	15/08/1898	648	25
2º Braz	04/11/1896	376	20
3º Braz	11/08/1898	422	13
Bella-Vista	04/07/1900	367	09
Cambucy	01/02/1908	365	22
Carmo	10/08/1894	422	21
Liberdade	01/05/1905	405	18
“Maria José”	11/04/1896	384	17
Mooca	25/09/1906	373	28
Pary	13/03/1905	473	26
“Prudente de Moraes”	25/03/1895	431	14
Santa Iphigenia	16/03/1896	269	15
Sul da Sé	05/02/1896	334	07
São João	04/03/1907	284	08

Fonte: SÃO PAULO. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. Siqueira & C., 1907, p. 170.*

O governo do estado pretendia ampliar o número de vagas nas escolas primárias, e para tanto a partir do ano de 1909 passou a vigorar o desdobramento nos horários dos grupos escolares. Visava-se, deste modo, a expansão na oferta de vagas, as seções masculinas funcionariam pela manhã das 8 às 12 e as femininas das “12 e meia às 4 e meia”, como

constava no relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Oscar Thompson (1909: 55). Sendo assim, o número de vagas seria ampliado, muitas das crianças em idade escolar fora da escola poderiam passar a frequentar a escola pública primária.

Mas, ainda existia outro empecilho, a frequência nas aulas não era obrigatória. As escolas públicas paulistanas ou as subsidiadas peninsulares não consideravam a frequência como fator necessário à aprovação. Os alunos entre os 7 e os 12 anos de idade poderiam assistir as aulas, desde que estivessem efetuado a matrícula no início do ano letivo. E, seriam aceitos em uma determinada série se participassem dos exames finais e recebessem a aprovação. A questão da frequência escolar nas escolas públicas era discutida desde os anos finais do século XIX, pelos inspetores escolares e diretores da instrução pública. Mas, não foi tão brevemente efetivada.

As escolas subsidiadas italianas paulistanas, como as públicas, também não exigiam a frequência dos seus alunos, mas pensavam em incentivos para que os alunos assistissem as aulas com constância. Com a fundação da *Società Dante Alighieri* em Roma no ano de 1889, medidas foram pensadas para sanar os problemas que as escolas no exterior encontravam. No ano de 1890 foi organizado, por essa associação o *Primo Congresso della Società Dante Alighieri*. Nos dois artigos iniciais do programa apresentado para debate entre os participantes lia-se:

Art. 1) A Società Dante Alighieri propõe-se a tutelar e difundir a língua e a cultura italiana fora do Reino;

Art. 2) Para alcançar seu fim, a Società institui e subsidia escolas, e encoraja com prêmios a frequência e o aproveitamento, coopera com a fundação de bibliotecas populares, difusão de livros e publicações, e promove conferências. (SALVETTI, 1995:13, tradução nossa)

A ação imediata escolhida pela associação das escolas italianas foi a instituição de prêmios, para os alunos que frequentassem as aulas. Essa questão levanta algumas hipóteses com relação aos alunos das escolas primárias italianas ou públicas na cidade paulistana. O que as crianças que não estavam na escolas faziam nesse tempo?, Essas crianças trabalhavam para ajudar seus pais com as contas mensais, ou perambulavam pelas ruas em busca de oportunidades mal intencionadas?, As crianças que frequentavam as escolas permaneciam no estabelecimento a maior parte de seu tempo?, porque os horários de funcionamento das escolas primárias era determinado pelo regimento do estado de São Paulo e seria das 11hs às 16hs, somente a partir de 1909 é que os horários foram alterados, mas apenas para os grupos

escolares, com já foi dito anteriormente, neste caso as outras modalidades de escolas primárias continuaram a funcionar durante o dia.

A rotina das crianças que frequentavam a escola primária, além de ocupar grande parte de seu dia, era repleta de disciplinas teóricas, a recreação era pautada apenas por algumas aulas de exercícios ginásticos, e 20 minutos de recreio entre as aulas. Como foi constatado por Mimesse (2010), o recreio era o momento das brincadeiras informais e do lanche trazido de casa, normalmente composto pelo produto que a família produzisse, como frutas, ou tivesse em mãos, como salame ou pão.

As matérias escolares não eram exatamente atrativas às crianças, e como não eram obrigadas a frequentar a escola não se sabe ao certo como ocorria o aprendizado. Um autor italiano escreveu nos anos finais do século XIX sobre a questão das matérias nas escolas primárias peninsulares, e a necessidade eminente da alfabetização das crianças, mais do que a ênfase no conhecimento enciclopédico. No texto escrito por Gabelli (1892), percebeu-se o debate sobre a redução nos conteúdos das matérias das escolas primárias. O autor defendia a ideia de que com o passar dos anos os conteúdos poderiam tornarem-se mais completos. O autor sugeria ainda que os conhecimentos que a criança trazia de casa, antes de começar a frequentar a escola deveriam ser mais valorizados na sua aprendizagem.

Nas escolas paulistas os inspetores escolares em seus relatórios apontavam para o problema das escolas estrangeiras, em alfabetizaram as crianças em outro idioma. A sugestão dos inspetores era a de centrar toda a aprendizagem no ensino da Língua Portuguesa, nas escolas públicas e nas estrangeiras. A Língua Portuguesa deveria ser considerada o centro de todos os programas de ensino, em todos os níveis. Os exercícios deveriam ser dirigidos para a aprendizagem das palavras e da escrita, de modo a contribuírem com a expressão das ideias. Em verdade, a defesa era para que se devesse evitar, neste caso, o excesso nas regras gramaticais da Língua Portuguesa e o uso mais frequente do livro de leitura, como “grande auxiliar” na aprendizagem.

A Instrução Pública do Estado de São Paulo passou por reformas após a proclamação da República. No ano de 1889 foi implantada uma Reforma da Instrução Pública a partir da Lei 88 de 08 de setembro de 1892, no programa de ensino dessa Lei constavam: Moral Prática e Educação Cívica; Leitura e Princípios de Gramática, Escrita e Caligrafia; Noções de Geografia Geral e Cosmografia; Geografia do Brasil especialmente de São Paulo; História do Brasil e Leitura sobre a vida dos grandes homens da História; Cálculo Aritmético sobre

números inteiros e frações, Sistema Métrico Decimal, Noções de Geometria especialmente nas suas aplicações a medição de superfície e volumes; Noções de Ciências Físicas, Químicas e Naturais nas suas mais simples aplicações especialmente a higiene; Desenho a mão livre; Canto e Leitura de Música; Exercícios Ginásticos, Manuais e Militares, apropriados a idade e ao sexo. A inserção de Moral Prática, Cosmografia, História do Brasil e Exercícios Manuais e Militares era uma das formas de consolidar a formação do caráter e dos valores nos alunos das escolas elementares.

As matérias que as escolas subsidiadas no exterior deveriam ser ministradas em Língua Italiana, em decorrência da necessidade de promover a consciência e difusão do idioma. Essas escolas visavam principalmente a aprendizagem correta do idioma, além de manterem o sentimento nacional. O programa das escolas subsidiadas italianas seguiria o mesmo programa que estivesse em vigor na península. O programa de 1888, como citado por Civra (2002) previa o ensino de: Língua, Leitura, Escrita, Geografia, História, Ciências e Aritmética, sendo que o ensino da Língua e da Aritmética foram descritos com todos os temas detalhados, como segue:

[...] Língua – literatura, letras, língua, italiano, caligrafia, composição, conjugação, gramática, sílabas, ortografia e fonética, palavra, pronuncia, proposição, preposição, narração, escrita, verbos, vocábulos, dialeto. Aritmética – geometria, números arábicos, numeração, cálculo, números decimais, sistema métrico, operações: divisão, subtração, adição, multiplicação, fração, preposição, unidade, medida. (CIVRA, 2002: 42, tradução nossa)

Existiam muitas matérias a serem ministradas nas duas modalidades de escolas primárias, públicas ou estrangeiras. Ainda não se tem notícias sobre a efetiva prática dos professores dessas escolas, para sabermos se realmente todos os conteúdos eram abordados durante o ano letivo.

Considerações Finais

Esse estudo possibilitou resgatar brevemente o cotidiano escolar das crianças moradoras da região central na cidade paulistana nos anos iniciais do século XX. Sabe-se, em função da análise dos documentos, que a maioria dessas crianças eram filhas de operários estrangeiros. Muitas dessas crianças eram registradas nas matrículas escolares como brasileiras, por serem nascidas no Brasil, mas cultivavam a língua de seus pais, e ainda

frequentavam as escolas subsidiadas que difundiam o sentimento de nacionalismo, de italianidade.

O entrave ao governo paulista era como educar e principalmente alfabetizar essas crianças na Língua Portuguesa, para assim colaborar com a formação da identidade nacional. A criação de novas escolas e conseqüentemente de vagas, era uma forma de sanar essa defasagem. Ainda não foi possível compor em minúcias o dia a dia dessas crianças em idade escolar, matriculadas nas escolas primárias paulistanas, o desenrolar da pesquisa poderá trazer novas descobertas.

Referências

BIONDI, Luigi. Imigração italiana e movimento operário em São Paulo: um balanço historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza T.; CROCI, Federico & FRANZINA, Emilio. (Org.s) *História do trabalho e História da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2010. p. 23-48.

CATANI, Denice B. & LIMA, Ana L. G.. Vigilância e controle: os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo e a História do trabalho docente no Brasil. (1907-1937). In: CATANI, Denice B. & BASTOS, Maria Helena C. (Org.s) *Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação*. 1ª reimp. São Paulo: Escrituras, 2002, p. 155-172.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil: andiamo in'Merica*. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. 2. ed. Trad. Maria de L. Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CIVRA, Marco. *I programmi della scuola elementare dall' Unità d'Italia al 2000*. Torino: M. Valerio, 2002.

GONÇALVES, Paulo C. A cidade de São Paulo: um entreposto de braços para a lavoura cafeeira. São Paulo, *Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, n. 2, jan./jun. 2009. Disponível: www.pucsp.br/revistacordis. Acesso 20/01/2015.

MIMESSE, Eliane. *A educação e os imigrantes italianos: da escola de Primeiras Letras ao Grupo Escolar*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2010.

PEREIRA, Robson M. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

SALVETTI, Patrizia. Governo Italiano, Diplomacia e Escolas Italianas no Exterior. In: LUCHESE, Terciane A. *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2014, p. 57 - 77.

_____. Le scuole italiane all'estero. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina & FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: arrivi*. Vol. 2. Roma: Donzelli, 2002, p. 535 – 549.

_____. *Immagine nazionale ed emigrazione nella Società "Dante Alighieri"*. Roma: Bonacci, 1995.

SOUZA, Rosa F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

Fontes

FANFULLA. *Il Brasile e gli italiani*. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906.

GABELLI, Aristide. *Il metodo d'insegnamento nelle scuole elementare d'Italia*. 8. ed. Torino: Ditta G. B. Paravia e Comp., 1892, vol. 211.

PARLAGRECO, Carlo. Le scuole italiane. In: *Il Brasile e gli italiani*. Pubblicazione dei Fanfulla. Firenze: R. Bemporad & figlio, 1906. p. 796-801.

SÃO PAULO. Decreto 144 B de 30 de Dezembro de 1892. Regulamento da Instrução Publica do Estado de São Paulo – a que se refere o decreto da mesma data. *Colecção das leis e decretos do Estado de São Paulo*. Tomo II. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1897.

_____. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo: publicação organizada pela Inspectoria Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Typ. A. Siqueira & C., 1907 a 1910.*